

Na questão do jeton,

CORREIO DA MANHÃ

-- 5 MAI 1986

Ulysses lava as mãos

TARCISIO HOLANDA
Da Editoria de Política

O presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, não está disposto a discutir com o presidente do Senado, José Fragelli, a formulação de emenda constitucional para fixar os subsídios dos parlamentares — e assim acabar com a crise em torno do não pagamento dos jetons e nem dividir as responsabilidades pela condução das sessões do Congresso entre os presidentes da Câmara e do Senado.

Ulysses, um político experimental, não entende a pressa com que José Fragelli trata desse assunto delicado em um ano eleitoral. O presidente da Câmara dos Deputados acredita que a questão dos subsídios deve ser remetida à futura Assembléa Nacional Constituinte, assim como o destino do Congresso — se devem ou não continuar as reuniões conjuntas de Câmara e Senado.

SEM PRESSA

O presidente da Câmara já engavetou a abrangente proposta de emenda constitucional devolvendo as prerrogativas do Poder Legislativo, suprimidas por disposições da Emenda Constitucional nº 1, outorgada pela Junta Militar, por entender que problema tão delicado quanto complexo só deve ser discutido e equacionado pela futura Assembléa Nacional Constituinte.

Ulysses foi quem tomou a iniciativa de instituir uma comissão, presidida pelo senador gaúcho Octávio Cardoso e que tinha como relator o deputado mineiro Cássio Gonçalves e trouxe Fragelli para o seu projeto.

Ulysses e Fragelli adotaram posições diferentes em relação ao assunto. Enquanto o presidente do Senado já iniciou o trabalho de coletas de assinaturas dos senadores a essa proposta de emenda constitucional, Ulysses lavou as mãos, como Pilatos, engavetando a matéria que considera inconveniente e inoportuna.

A alguns membros da Mesa da Câmara, Ulysses manifestou sua discordância em relação a diversos pontos do trabalho realizado pela comissão que ajudou a organizar. Mas, advertiu que o exame da matéria, no mérito, era irrelevante, mesmo porque considera inoportuno o estudo do assunto, a esta altura.

— Se fixarmos um subsídio baixo, irritaremos os parlamentares; se chegarmos a um nível razoável, poderemos provocar uma grande mobilização da opinião pública, em sentido contrário, através da imprensa — disse o presidente da Câmara.

O senador José Fragelli é um homem obstinado e não está disposto a ceder com facilidade a resistência de Ulysses. Ele já anunciou para alguns senadores e altos funcionários do Senado

que vai pressionar Ulysses e mobilizar seus companheiros para conseguir uma solução definitiva e imediata para um problema que só desgasta a instituição.

Na verdade, Fragelli não quer assumir sozinho o ônus da decisão que já adotou de não pagar jetons a parlamentares ausentes.

Enquanto isso, os parlamentares discutem o que seria razoável em matéria de subsídios. O deputado Marcelo Linhares (PDS-CE), sugere que o subsídio (fixo) ficasse em 45 mil cruzados e a verba de representação em 45 mil — deixando a Câmara de fornecer carnê de passagens aéreas (quatro por mês), pagar telefone (até um limite mensal de pouco mais de dois mil cruzados), auxílio-transporte, franquia postal e telegráficas e outras facilidades.

O deputado Humberto Souto, 1º vice-presidente da Câmara, adverte que os parlamentares precisam ganhar um subsídio digno que lhes livre de qualquer preocupação, a fim de que não se estimule o trabalho de lobby ou o tráfico de influência, a que se dedicam uns poucos, desgastando a imagem da instituição.

O atual Congresso terá que fixar os subsídios para a nova legislatura, para os futuros constituintes, até o término da atual sessão legislativa, previsto para 5 de dezembro, nos termos da Constituição.